

Governo paulista explica operação do Conselho de Mudanças Climáticas

Saúde encaminha 2 milhões de testes rápidos de dengue para São Paulo

Para tentar identificar os casos de dengue de forma precoce, principalmente em municípios com acesso limitado a serviços laboratoriais, o Ministério da Saúde decidiu distribuir 6,5 milhões de testes rápidos em todo o Brasil. Desse total, 2 milhões serão encaminhados para o estado de São Paulo, região que, no ano passado, apresentou recorde de casos de dengue.

O investimento da pasta com essa estratégia é de R\$ 17,3 milhões. A distribuição, informou a pasta, deve ser iniciada já na próxima semana.

O teste rápido é uma terceira opção para o diagnóstico de dengue no Sistema Único de Saúde (SUS). Esse teste detecta a presença do vírus da dengue, mas sem identificar o sorotipo. Além dele, outros dois tipos de testes estão disponíveis no SUS: o de biologia molecular e o sorológico.

De acordo com a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ethel Maciel, os testes rápidos serão complementares às estratégias já existentes para controle do vetor. (Agência Brasil)

O governo de São Paulo detalhou, na quarta-feira (22), em sua sede, o Palácio dos Bandeirantes, como deverá operar o Conselho Estadual de Mudanças Climáticas. De natureza consultiva, ou seja, sem poder de deliberar, o conselho fará interlocução entre a gestão estadual, municípios e universidades públicas e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O conselho já era previsto desde o lançamento da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), instituída pela Lei Estadual nº 13.798/2009, no governo de José Serra (2007-2010). A agremiação, porém, teve seu modelo revisado em 2024. Naquela época, o objetivo era atingir uma descarbonização de pelo menos 20% até 2020.

No conselho estadual, dentro do subgrupo de municípios, estarão a Associação Nacional

de Municípios e Meio Ambiente (Anamma) e representantes das regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista. Ao todo, serão 18 integrantes, que terão como objetivo acompanhar a implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas.

A coordenação ficará a cargo da Casa Civil. De acordo com o governo, o conselho funcionará de maneira complementar ao Conselho Gestor da Política Estadual de Mudanças Climáticas, composto somente por representantes do governo, que terão poder de desenhar diretrizes e tomar decisões.

A secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, Natália Resende, destacou que o perfil de fontes de emissão de gases de efeito estufa, em São Paulo, difere do nacional. Em São Pau-

lo, observa-se que o setor de transportes é o que mais contribui para a piora da qualidade do ar, respondendo por 33% dos gases emitidos.

Em segundo lugar, vem o setor de energia (25%), que quase se iguala à agropecuária (23%). Resíduos e efluentes são responsáveis por 10% do volume total e a indústria, por 3%. Para a secretária, os resíduos que a população acumula merecem atenção, muitas vezes por causa da destinação final adequada, tendo em vista que poderiam ser reaproveitados. "É isso que a gente faz: olha a cadeia como um todo", afirma Natália.

O que se terá como parâmetro serão dois aspectos: ações de mitigação e medidas de adaptação. O primeiro bloco está ligado ao Plano de Ação Climática 2050 (PAC 2050), elaborado em parceria com a GIZ (Deutsche Gesells-

chaft für Internationale Zusammenarbeit) e lançado em 2022.

Documento produzido pelo governo informa que "o conjunto de ações propostas visa a reduzir em 79% as emissões projetadas para o ano 2050, de 213 megatoneladas de dióxido de carbono equivalentes (Mt CO2e) no cenário de referência para 45 MtCO2e no cenário de mitigação". "O PAC 2050 projeta uma redução de 12% das emissões entre 2021 e 2030", acrescenta.

Uma das estratégias dessa área, mencionadas rapidamente na apresentação desta quarta-feira, é o Finaclima-SP. Criado em 2024, o mecanismo funciona com recursos privados que podem servir tanto ao financiamento de projetos de mitigação a iniciativas de manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, por exemplo. (Agência Brasil)

Uber anuncia volta do serviço de transporte por moto em São Paulo

A empresa de aplicativo de transportes Uber retomou na quarta-feira (22) a operação do seu serviço de transporte de passageiros em motocicletas na cidade de São Paulo. Segundo a empresa, inicialmente, o produto estará presente apenas fora do centro expandido, o que permitirá uma análise cuidadosa da sua demanda e utilização, ao passo que atende quem mais precisa de alternativas acessíveis de mobilidade na capital.

De acordo com a líder da Uber Moto no Brasil, Laura Lequain, esse tipo de modal é uma alternativa de mobilidade que está presente em todas as regiões do Brasil e tem se estabelecido como alternativa em especial onde o transporte público é menos presente, principalmente nas regiões periféricas das cidades, com os preços em média 40% mais baixos do que o UberX. "Um dos seus principais usos é justamente no papel complementar ao serviço público: muitas viagens são a chamada última milha, do ponto de ônibus ou estação de metrô até a casa ou vice-versa", disse.

A implantação do Uber Moto ocorre uma semana depois de a empresa de aplicativo de transportes 99 passar a oferecer o mesmo tipo de transporte e iniciar uma disputa jurídica em torno

da legalidade do serviço 99Moto na capital paulista. A Uber argumenta que o Uber Moto é um serviço privado, ou seja, não se confunde com o mototáxi, que é um serviço público.

Apesar de haver um decreto municipal que proíbe o serviço na cidade de São Paulo, a Uber afirma que se ampara na legislação, com a Lei Federal 13.640/2018, a mesma na qual a 99 tem se amparado para manter o serviço em funcionamento. "A atividade é prevista na Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal 12.587/2012), entendimento que já foi reiterado em mais de 20 decisões judiciais relacionadas ao modal pelo Brasil", diz a Uber.

No início da noite da terça-feira (21) a Justiça indeferiu o pedido da prefeitura para aplicação de multa diária de R\$ 1 milhão e de responder por crime de desobediência caso a empresa 99 continue prestando o serviço 99Moto. "O serviço permanece irregular na cidade e a fiscalização da prefeitura continuará, já que não há nenhuma decisão judicial que tenha afastado a aplicação do decreto que suspendeu a atividade na cidade", informou a administração municipal por meio de nota.

O 99Moto começou a funcionar na cidade no dia 14 de janeiro e

o prefeito Ricardo Nunes se manifestou contrário devido aos riscos inerentes à cidade de São Paulo.

Segundo a prefeitura, A Procuradoria-Geral do Município está tomando todas as medidas judiciais e administrativas cabíveis e o Ministério Público do Trabalho foi oficiado para providências quanto à proteção dos trabalhadores e a Secretaria já instaurou processo de aplicação de multas administrativas.

O prefeito Ricardo Nunes, informou hoje (22) que apresentará ao delegado-geral da Polícia Civil a instauração de crédito policial com uma queixa-crime pelo descumprimento da empresa 99 com relação à legislação municipal.

"A minha intenção é a de que possamos responsabilizar os donos dessas empresas civil e criminalmente pelos acidentes com óbitos que vierem a acontecer. Eles não podem só ficar com o lucro, eles precisam pagar por isso. Não pode ficar essa conta na dor da família e nos equipamentos da prefeitura", afirmou.

A prefeitura disse ainda que o serviço permanece irregular na cidade, com base no Decreto Municipal n. 62.144, de janeiro de 2023, que diz "fica suspensa, temporariamente, no Município de São Paulo a utilização de mo-

tocicetas para a prestação do serviço de transporte individual remunerado de passageiros por meio de aplicativos".

Nunes disse ainda que vê a insistência da 99 com preocupação, mesmo com a prefeitura apresentando dados que comprovam o aumento de acidentes de motocicleta com óbitos na cidade. "Eles acabam pegando o motociclista que está ali na sua luta para melhorar sua renda e sem ter, naquela situação, a consciência do perigo".

Segundo a administração municipal, a fiscalização da prefeitura continuará, já que não há nenhuma decisão judicial que tenha afastado a aplicação do decreto que suspendeu a atividade na cidade. No dia 14 de janeiro a Justiça negou uma liminar com um pedido da 99 para o fim da determinação da prefeitura de imediata suspensão e interrupção da atividade na cidade. O juiz considerou que essa decisão não era urgente.

O prefeito ressaltou que as medidas serão as mesmas com relação à Uber Moto.

Segundo a 99, a prefeitura não pode proibir o 99Moto, porque este é um transporte privado, diferente dos mototáxis que podem ser vetados pelo prefeito por serem um serviço público. (Agência Brasil)

Capital retoma operação para atender população vulnerável no calor

Com temperaturas ultrapassando os 30 graus Celsius (°C), a prefeitura de São Paulo vai retomar a Operação Altas Temperaturas na quarta-feira (22), com ações de distribuição de água, sucos e frutas para a população vulnerável, em tendas montadas em áreas de grande circulação.

Segundo o município anunciou que orientadores socioeducativos do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) prestarão atendimento nas tendas e farão busca ativa nas ruas da cidade, para oferecer acolhimento em equipamentos da rede socioassistencial a quem precisar.

O programa também prevê atendimento com orientação aos donos de animais de estimação

sobre como atentar à situação de seus animais.

As dez tendas estarão distribuídas em pontos de grande circulação de pessoas em situação de rua, nos endereços abaixo:

Região Central - Praça da República e Praça Marechal Deodoro;

Região Sul - Santo Amaro (Praça Floriano Peixoto x Rua Paulo Eiró) e Capela do Socorro (Praça José Boemer Roschel);

Região Norte - Santana (Praça Heróis da FEB) e Vila Maria (Praça Novo Mundo)

Região Leste - Itaquera (Av. Musgo de Flor x Avenida Impedidor) e Mooca (Praça Cid José da Silva Campanella);

Região Oeste - Lapa (Rua do Curtume, s/nº - esquina com

Guaicurus)

A cidade de São Paulo registra temperaturas acima de 30 graus desde o final de semana. No começo dessa noite o Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas da Prefeitura de São Paulo (CGE-SP) registrou temperatura média acima dos 28 graus. De acordo com o órgão, desde esta segunda-feira a cidade mantém estado de atenção para altas temperaturas. Entre os dias 18 e 20, a temperatura chegou a 33,1º, e a média registrada ficou em 32,1ºC.

A previsão do Instituto Nacional de Meteorologia é de aumento de temperatura na capital paulista, com picos em 34ºC.

A Defesa Civil estadual registrou temperatura na casa dos

38ºC em Santos, no litoral sul. Todo o estado tem alerta vigente para altas temperaturas e ventos intensos para essa madrugada e para quarta e quinta-feira, com possibilidade de chuvas fortes. O órgão recomenda atenção à saúde, com cuidados como constante hidratação ao longo do dia e evitar exposição direta ao sol entre 10h e 16h. "Procure ficar em locais com sombra e ventilação, evite atividades físicas intensas nos horários mais quentes do dia. Busque ter uma alimentação leve, escolhendo alimentos frescos, como frutas, saladas e com alto teor de água. Atenção redobrada com crianças e idosos, pois eles são mais vulneráveis ao calor", diz a nota. (Agência Brasil)

Criada a central meteorológica que unifica emissão de alertas

O Governo do Estado de São Paulo publicou o decreto que institui o Centro Paulista de Radares e Alertas Meteorológicos (CePRAM), iniciativa que coloca a tecnologia e a modernização a serviço da proteção de vidas, por meio da integração dos radares e equipamentos disponíveis. O CePRAM funcionará sob a gestão da Defesa Civil estadual e contará com profissionais especializados como meteorologistas, hidrólogos e geólogos.

Atualmente, o estado de São Paulo conta com sete radares meteorológicos, dois deles adquiridos recentemente - o de

Ilhabela, que contou com investimento de R\$ 10 milhões, e outro instalado em Campinas, adquirido por cerca de R\$ 4 milhões. Dos sete radares disponíveis, um é gerido pela SP Águas, dois são geridos pela USP, três pela Unesp e um pela Unicamp.

O CePRAM permitirá a integração de todos os equipamentos e, com isso, as informações e dados produzidos por eles estarão disponíveis em um único lugar, permitindo uma cobertura meteorológica de todo o território paulista. A inovação visa aprimorar a capacidade de prever eventos extremos e melhorar a

emissão de alertas à população.

Onovo Centro vai funcionar sob a gestão da Defesa Civil estadual e contará com apoio de profissionais dos institutos paulistas, como geólogos, hidrólogos e meteorologistas. Eles se somarão à equipe que já integra o Centro de Gerenciamento de Emergências da Defesa Civil (CGE). Com o incremento, o Estado de SP ganhará maior capacidade técnica para emissão de boletins meteorológicos e, consequentemente, alertas mais precisos durante a ocorrência de eventos extremos, como chuvas fortes, vendavais ou quedas de granizo.

"Temos planejado e trabalhado por essa integração desde o

início da gestão do governador Tarcísio de Freitas. Esse foi um pedido direto dele. A integração entre a Defesa Civil e as Secretarias tem permitido o trabalho em equipe, como por exemplo, quando instituímos o Gabinete de Crise. Essa união gera resultados positivos em termos de prevenção e resposta às mudanças climáticas. Agora, teremos um Centro moderno, que servirá de referência para outros estados e nos permitirá prestar um serviço com mais qualidade para o povo paulista", comemora o coronel PM Henguel Pereira, coordenador estadual da Defesa Civil. (Governo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Cristãos e cristãs [católicos e protestantes], vereadores(as) seguem acompanhando com apreensão a agora literal guerra religiosa [via Literatura Bíblica] da presidência Trump (2) nos USA, contra religiosos fundamentalistas

PREFEITURA (São Paulo)

Cristão católico, o reeleito Nunes (MDB) enfrenta a soma do serviço de moto taxi do "Uber" à ilegalidade do "99", desafiando [há 2 dias do aniversário de São Paulo] "o apóstolo Paulo que mora no coração do Ricardo"

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Cristãos e cristãs [católicos e protestantes], deputados(as) seguem acompanhando com apreensão a agora literal guerra religiosa [via literatura bíblica] da presidência Trump (2) nos USA, contra religiosos fundamentalistas

GOVERNO (São Paulo)

Cristão católico, Tarcísio [hoje no Republicanos e pré-candidato à reeleição pra governador] faz contraponto ao Trump (2) nos USA, criando Conselho Estadual de Mudanças do Clima. Já tá repercutindo por todo o Brasil

CONGRESSO (Brasil)

Cristãos e cristãs [católicos(as) e protestantes], deputados(as) e senadores(as) seguem acompanhando com apreensão a agora literal guerra religiosa [via literatura bíblica] da presidência de Trump (2) nos USA, contra fundamentalistas

PRESIDÊNCIA (Brasil)

No Brasil, Lula (3) mantém [agora tendo que desenhar o que vão fazer e dizer] no governo, pra ser reeleito e se manter no poder. Nos USA, Trump (2) tá fazendo 'todas as maldades' de uma só vez [como ensinava o diplomata Machiavelli]

PARTIDOS (Brasil)

Trocar o rótulo do atual PRB por "Brasileiro" é [grosso modo] a versão masculina da troca do rótulo do partido "da Mulher Brasileira" por "Democrata". Isso vai fazer mudar o conteúdo Ético dos novos donos e novos(as) sócios(as) preferenciais?

JUSTIÇAS (Brasil)

Cristãos e cristãs [católicos(as) e protestantes [em todas as carreiras jurídicas] seguem acompanhando com apreensão a agora literal guerra religiosa [via literatura bíblica] da presidência do Trump (2) nos USA, contra fundamentalistas

ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ...

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Ninguém pode se alegrar, ou se alimentar, sem Deus. Deus dá aos que o agradam a sabedoria, o conhecimento e a alegria" Eclesiastes 2:25,26

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

Com nova safra, governo espera redução do preço dos alimentos

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, disse na quarta-feira (22) que o governo espera uma redução no preço dos alimentos a partir da safra deste ano. “Nossa expectativa é de que a safra, agora, seja muito melhor, de vários produtos, contribuindo para o barateamento dos alimentos”, disse ele, no programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Ele, no entanto, avalia que isso pode ser colocado em risco, caso o consumidor não fique atento. Para Rui Costa, é preciso ter atenção com os preços praticados. “O aumento do poder aquisitivo pode pressionar preços, uma vez que, com o aumento do consumo, o vendedor, sabendo que o consumidor está com salário maior, vai testando, aumentando preços, para ver se o consumidor se dispõe a pagar cada vez mais”, alertou o ministro.

Por isso, acrescentou, “é importante o consumidor pesquisar e pechinchar, para evitar a alta de preços. Isso é fundamental para garantir o aumento do poder aquisitivo, porque não adianta o salário subir se os preços sobem na mesma proporção”.

Prioridade

A preocupação com a alta no preço dos alimentos foi manifestada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a primeira reunião ministerial de 2025, feita na segunda-feira (20). Lula disse

que baixar os preços é uma das prioridades do governo federal este ano.

Durante a entrevista, Costa lembrou que essa alta dos alimentos se deve, em parte, aos impactos climáticos que comprometeram muitas localidades produtoras de alimento, e que, com a queda na oferta e aumento da procura, levaram ao aumento do poder aquisitivo, aumentaram também os preços praticados.

Explicar essas correlações está entre as estratégias a serem adotadas pelo governo federal. “Precisamos mostrar a melhora da economia e do poder aquisitivo da população, mas, também, a garantir que esses ganhos não resultem em aumento de preços”, resumiu.

A avaliação do ministro da Casa Civil é que a comunicação do governo federal sobre seus feitos precisa ser aperfeiçoada, de forma a evitar problemas que vão além daqueles danosos causados por notícias falsas.

Fake news e Pix

Conforme explicou, as políticas públicas precisam ser divulgadas com cautela, de forma a evitar dar força às notícias falsas, divulgadas por motivações políticas. “O mundo inteiro, não só o Brasil, se vê diante de um grande problema: o fortalecimento de redes sociais sem compromisso com a verdade”.

“Com isso, as notícias hoje estão carentes de credibilidade. As pessoas não sabem mais o

que é verdade e o que é mentira. Por isso que, na definição de políticas públicas, o presidente reforçou que, antes de fazermos qualquer anúncio ou publicação, a gente se comunique, porque a verdade tem de chegar antes da mentira. Se a gente não comunicar antes, a mentira chega e se instala, e a gente tem de lutar muito para desmentir-la”, acrescentou.

Foi o que aconteceu, segundo ele, com a história relacionada ao Pix. No início de janeiro, o anúncio de uma medida da Receita Federal sobre monitoramento de movimentações financeiras deu margem ao surgimento de notícias falsas sobre cobrança de taxas sobre movimentações via Pix, algo que nunca foi anunciado ou cogitado pelo governo.

“Esse episódio do Pix é claro. O Pix estrutura as relações pessoais e sociais. Uma pessoa que faz o churrasco ou vai fazer compras para os amigos recebe o dinheiro deles para fazer as compras. Outros recebem para organizar bolões. O governo tem consciência disso. O Pix, portanto, nunca será utilizado como elemento para apuração de renda e cobrança de tributos. Muito menos para taxação”, garantiu o ministro.

Para Rui Costa, há má-fé por trás da forma como as fake news são divulgadas por pessoas que nunca fizeram nada por seu estado ou por seu país. “Há pessoas que se colocam na política apenas com um celular na mão, com

a intenção de ‘lacrar’ e conseguir likes, sem nenhum compromisso. Fico estarelecido com isso”, disse Rui Costa.

“Às vezes, quando somos convidados para ir ao Congresso, chega um parlamentar com seu celular, faz uma pergunta naquele estilo ‘lacrção’ e vai embora. Não fica nem para ouvir a resposta, porque o objetivo dele não é contribuir com o debate, nem apresentar uma sugestão para melhorar a vida das pessoas. O objetivo dele é conseguir likes nas redes sociais e, eventualmente, se reeleger e destruir a política pública”, acrescentou.

Centralização de anúncios

Para lidar com esse problema, a ideia do governo federal será a de alinhar a comunicação sobre suas políticas, explicando-as antes mesmo de serem publicadas. “Não é criar um funil que burocratize ou entrave o governo. É aperfeiçoar o modelo”, explicou.

Segundo ele, as pessoas precisam conhecer as políticas públicas que são implementadas para melhor embasar suas opiniões. Nesse sentido, o ministro defendeu o fortalecimento do papel dos veículos oficiais. “Vamos fazer com que essas informações cheguem à população. Quero encerrar a entrevista deixando um pedido, para que as pessoas nos acompanhem por nossos canais oficiais e aqui, nos canais da EBC, para não caírem no conto do vigário”, completou. (Agência Brasil)

China suspende compra de soja de 5 exportadoras brasileiras

A Administração-Geral de Aduanas da China (GACC) notificou o governo brasileiro informando a detecção de pestes e revestimento de pesticidas na soja exportada por cinco unidades de empresas brasileiras ao país asiático.

As exportações de soja dessas unidades para a China foram temporariamente suspensas enquanto a causa das não conformidades são investigadas.

Em nota, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) brasileiro disse que foi informado previamente pelo governo chinês da suspensão e que ações para avaliação dos casos já estão em curso.

“O Mapa possui expectativa de recebimento, na maior brevidade possível, dos planos de ação das empresas envolvidas para demonstrar os procedimentos adotados para evitar novas ocorrências das não conformidades detectadas pelos chineses. Da mesma forma, o Mapa intensificará as ações de fiscalização nos embarques de soja do Brasil para a China”, diz o texto.

De acordo com a pasta, a partir das ações adotadas, o go-

verno brasileiro transmitirá todas as informações relevantes para avaliação pelas autoridades chinesas e solicitará a revogação da suspensão temporária em vigor.

“O tema está sendo tratado com naturalidade, considerando que não conformidades, como estas indicadas pelo lado chinês, são passíveis de acontecer na rotina das exportações e ações para correção de eventuais desvios são sempre importantes para o fortalecimento das relações de confiança”, disse o Mapa.

Segundo o governo brasileiro, a suspensão das exportações de soja dessas cinco unidades não deverá trazer impacto significativo nas vendas ao exterior do produto brasileiro.

“Vale reforçar que outras unidades das empresas notificadas seguem exportando normalmente para a China, sendo as suspensões válidas apenas para as cinco unidades oficialmente notificadas. Portanto, os volumes negociados pelo Brasil não serão afetados em função desta suspensão temporária destas cinco unidades notificadas”, disse o Mapa. (Agência Brasil)

Concessão da BR-381 em Minas Gerais prevê R\$ 9,3 bi em investimentos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou na quarta-feira (22), em cerimônia no Palácio do Planalto, o contrato de concessão da BR-381 em Minas Gerais. O grupo vencedor, a 4UM Investimentos, vai destinar R\$ 9,3 bilhões para melhorias na rodovia que liga Governador Valadares a Belo Horizonte, um trecho de 303,4 quilômetros.

Após três leilões frustrados, o grupo investidor venceu o certame organizado pelo Ministério dos Transportes, em agosto do ano passado, depois de a proposta ser reestruturada.

O grupo criou a Concessionária Nova 381, que administrará e responderá pela operação e manutenção da BR-381 em Minas Gerais.

Em dois lotes próximos a Belo Horizonte, que ficarão a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), os investimentos do governo federal serão de R\$ 1 bilhão, segundo o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Em discurso, Lula lembrou que o governo federal faz as concessões de rodovias sem receber outorga (pagamento) das empresas vencedoras, o que barateia o preço dos pedágios e ajuda na atração de investimentos.

“Quando a gente quer fazer parceria com o empresário, a gente quer fazer uma estrada, fazer melhor possível, mas o empresário precisa ganhar, se não ele não faz um investimento. E é preciso que a gente estabeleça essa regra”, disse. “O objetivo nosso é baratear o preço do pedágio para as pessoas mais pobres, sem deixar de priorizar a qualidade do tra-



Foto: José Cruz/ABR

balho que vai ser feito”, acrescentou o presidente.

“Nós corrigimos o projeto, melhoramos a atratividade, mitigamos riscos geológicos, riscos de engenharia que atrapalhavam a atratividade para a iniciativa privada, levamos a leilão depois de o governo passado ter tentado várias vezes levar e conseguimos fazer a concessão”, destacou o ministro Renan Filho.

“O Brasil, hoje, ele construiu um modelo muito mais sustentável de concessões. Além disso, a própria rentabilidade do contrato também precisa ser diferenciada; as obras mais simples têm que pagar ao investidor privado um retorno menor do que as obras mais complicadas”, acrescentou.

Críticas

A ausência do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, no evento também foi lembrada pelos ministros que discursaram e pelo próprio Lula. De acordo com o presidente, as obras da BR-381 fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento, cujo portfólio foi

montado com as indicações dos governadores dos estados.

“Pelo menos isso deveria agradecer, mas ele fez uma crítica profunda desnecessária”, disse Lula sobre a recente crítica que Zema fez sobre as condições do programa de pagamento da dívida dos estados com a União.

“Esse acordo das dívidas de Minas Gerais, dos estados como um todo, o governador de Minas Gerais deveria vir aqui me trazer um prêmio, me trazer um troféu do primeiro presidente da República que ele tem conhecimento que nunca vetou absolutamente nada de nenhum governador de nenhum prefeito por ser contra ou por ser oposição”, afirmou o presidente. “O que nós fizemos para os estados que não pagavam a dívida talvez só Jesus Cristo fizesse se ele concorresse à Presidência da República desse país”, acrescentou Lula.

A rodovia

De acordo com o Ministério dos Transportes, essa porção mineira da BR-381 é uma das es-

tradas federais com o maior registro de acidentes do país, um trecho sinuoso, pistas simples na maioria do percurso, que serpenteia os morros do leste de Minas Gerais, cortando o Vale do Aço. Dados da Polícia Rodoviária Federal indicam que, entre 2018 e 2023, houve 3.960 ocorrências de trânsito no trecho; 420 pessoas perderam a vida na rodovia.

A estrada mineira foi a leilão em 29 de agosto de 2024, tendo como critério a proposta com a menor tarifa de pedágio. Caberá à nova concessionária aplicar os recursos previstos para serviços operacionais e obras estruturantes, como duplicação, correção de traçado e criação de pistas de escape, além da manutenção da estrada ao longo dos próximos 30 anos.

A Concessionária Nova 381, criada pelo grupo investidor, ainda oferecerá um pedágio gratuito no primeiro ano e, em seguida, desconto para usuários frequentes e a opção de pagamento automático para motoristas. Usuários frequentes são aqueles que percorrem trechos da rodovia diversas vezes por mês, como no caso de pessoas que residem e trabalham em cidades próximas.

O trecho abrange 13 cidades às margens da estrada e outras que dependem indiretamente dela, resultando em um tráfego médio de 24,7 mil veículos ao dia.

A BR-381, construída na década de 1960, se inicia em São Mateus (ES) e chega até a cidade de São Paulo, um importante corredor logístico para o escoamento de produtos industriais. (Agência Brasil)

Primeira grande plataforma do pré-sal de Santos tem vida útil ampliada

A plataforma de produção de petróleo Cidade de Angra dos Reis, a primeira de grande capacidade a operar nos campos de pré-sal da Bacia de Santos, litoral do Sudeste, terá a vida útil estendida por mais cinco anos.

A informação foi divulgada na quarta-feira (22) pela Petrobras, empresa majoritária no consórcio que opera o Campo de Tupi, a 300 quilômetros da costa do Rio de Janeiro.

O navio-plataforma é modelo FPSO, sigla em inglês para Floating Production Storage and Offloading, que significa unidade flutuante com capacidade para produção, armazenamento e

transferência de óleo.

A FPSO está em operação desde outubro de 2010 e tem potencial de produção superior a 50 mil barris por dia. A Petrobras informou que acertou um aditivo ao contrato de afretamento e prestação de serviços da plataforma com as empresas Tupi Pilot MV 22 B.V. e Modex Serviços de Petróleo do Brasil Ltda, de forma a prorrogar o prazo de utilização da FPSO até 2030.

A extensão do prazo contratual viabiliza adequações para aumentar a confiabilidade e a eficiência de produção, manter a integridade da plataforma, a segurança da operação e a redução das emissões de

gases do efeito estufa, causadores do aquecimento global.

O consórcio que produz em Tupi afirma que o navio-plataforma será descomissionado (interupção definitiva das operações) em 2030. De acordo com a Petrobras, o descomissionamento acontece quando as instalações de produção atingem o final de sua vida útil ou a capacidade produtiva dos campos é reduzida, tornando-os economicamente inviáveis.

A entrada do Cidade Angra dos Reis em operação é considerada pela Petrobras um dos marcos na produção de petróleo do pré-sal no país.

O pré-sal são reservatórios

perfurados há uma profundidade de 5 mil a 7 mil quilômetros. Para se ter uma ideia, 7 mil quilômetros é aproximadamente o ponto mais alto da Cordilheira dos Andes.

Em 2024, o pré-sal ajudou o petróleo a se tornar o principal produto de exportação do país.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de janeiro a novembro — último dado disponível, o país produziu 36,9 milhões de barris de petróleo por dia (Mbbbl/d), sendo 71,5% originários do pré-sal. Observando apenas dados do segundo semestre, esse percentual salta para 80,3%. (Agência Brasil)

PR se torna o 3º maior empregador da indústria de transformação do Brasil

Com um aumento de 17,37% nos últimos cinco anos, o Paraná chegou a 973 mil empregados na indústria de transformação e passou a ter a terceira maior massa de trabalhadores no segmento em todo o Brasil, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compilados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES).

O levantamento compara os números do primeiro trimestre de 2019 com os dados mais recentes da pesquisa, referentes ao terceiro trimestre de 2024. Ao longo deste período, o Paraná gerou 144 mil empregos na indústria de transformação e ultrapassou Santa Catarina, que criou 91 mil vagas e chegou a 937 mil trabalhadores no setor.

Assim, o Paraná segue atrás apenas de São Paulo (3,58 milhões) e Minas Gerais (1,44 milhão), que são os dois estados mais populosos do País. Na sequência, completando a lista dos dez maiores empregadores do segmento, estão os estados do Rio Grande do Sul (891 mil), Rio de Janeiro (563 mil), Ceará (440 mil), Pará (420 mil), Goiás (420 mil) e Bahia (418 mil).

Para o secretário estadual da Indústria, Comércio e Serviços, Ricardo Barros, o resultado é reflexo do esforço do Governo do Estado para fortalecer o setor no Paraná. “Avançamos na desburocratização, na inovação e no apoio constante à qualificação profissional. Com isso, conseguimos aumentar a competitividade da nossa indústria e gerar mais empregos. Essa liderança comprova que nossa economia está no caminho certo para atrair ainda mais investimentos”, disse.

O crescimento paranaense no número de contratados nas indústrias de transformação também foi proporcionalmente superior à média nacional. Enquan-

to o Paraná aumentou em 17,37% sua massa de trabalhadores no segmento, o Brasil registrou um crescimento de 11,8% no mesmo período.

Os números são consequência de um maior dinamismo da produção industrial local ao longo destes cinco anos. Dados do IBGE referentes à produção industrial mostram que entre janeiro de 2019 e novembro de 2024, o setor secundário do Paraná cresceu 15,1%, segundo o índice ajustado sazonalmente.

O crescimento é quase sete vezes superior à média nacional no período, em que o aumento da produção física brasileira foi de 2,2%. Em relação aos outros estados da região Sul, o Paraná se manteve na liderança, já que Santa Catarina registrou alta de 10,1% e o aumento do Rio Grande do Sul foi de 0,7%.

De acordo com o diretor-presidente do IparDES, Jorge Callado, os números são consequência da política de atração de investimentos do Governo do Estado ao longo dos últimos cinco anos. “Foram registrados vultuosos investimentos em ampliação e instalação de plantas industriais, muitos deles viabilizados por programas do Estado, como o Paraná Competitivo, por exemplo”, afirmou. Desde 2019, empresas de diversos segmentos já aplicaram R\$ 300 bilhões na construção de novas fábricas ou na expansão de suas atividades.

O Paraná Competitivo é o programa do Governo do Estado que oferece incentivos e benefícios fiscais para empresas que desejam se instalar ou expandir suas operações no Estado. O programa é coordenado pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) e pela Invest Paraná, a agência de captação de investimentos para o Estado. (AENPR)

Fórum Econômico Mundial expõe divisão entre Trump e multilateralismo

A edição deste ano do Fórum Econômico Mundial expõe a divisão entre as primeiras medidas protecionistas do governo de Donald Trump e a resistência, principalmente da União Europeia, em manter o multilateralismo. Com uma delegação brasileira esvaziada, o evento, que reúne líderes políticos, empresários e acadêmicos de todo o planeta, começou na segunda-feira (20), mesmo dia da posse de Trump, e vai até sexta (24) em Davos, nos Alpes Suíços.

O novo presidente norte-americano discursará nesta quinta-feira (23), por meio de videoconferência. Esse é o ponto mais aguardado da edição de 2025 do fórum. A última vez em

que Trump participou do Fórum Econômico Mundial foi na edição de 2020, pouco antes do início da pandemia de covid-19.

Com cerca de 60 chefes de Estado, 130 representantes de governos e 1,6 mil executivos de 900 empresas, o Fórum Econômico Mundial promoverá cerca de 300 painéis. Os temas dos debates se concentrarão em cinco eixos: enfrentamento às mudanças climáticas, regulação da inteligência artificial (principalmente nas empresas), fontes alternativas de crescimento econômico, desenvolvimento do capital humano e reconstrução da confiança global.

Quase todos os temas são opostos ao novo governo nor-

te-americano. Nos três primeiros dias de mandato, Trump anunciou a retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris, assinou uma medida para desregular a inteligência artificial e ampliou o isolamento da maior economia do planeta, ao assinar decretos para a deportação de imigrantes e para retirar o direito à cidadania norte-americana de filhos de imigrantes nascidos no país.

As decisões de Trump provocam divergências no Fórum Econômico Mundial. Em discurso na quarta-feira (22), o secretário-geral das Nações Unidas (ONU), Antônio Guterres, disse que a crise climática e a inteligência artificial representam novas ameaças que podem “deses-

tabilizar a vida” e exigem atenção em escala global.

Sobre o aquecimento global, o secretário-geral da ONU defendeu os benefícios das fontes renováveis de energia e afirmou que a “dependência de combustíveis fósseis é um monstro que não poupa ninguém”. As declarações vão ao encontro de Trump, que prometeu, no discurso de posse, “cavar e cavar” mais poços de petróleo para desenvolver a indústria norte-americana.

Mesmo entre os empresários, as primeiras decisões de Trump expõem as divergências. Representantes de grandes empresas norte-americanas, como a Coca-Cola, o Bank of America

e a Occidental Petroleum, elogiaram as primeiras medidas do novo presidente, em especial o corte de impostos para as empresas.

Em contrapartida, a presidenta do Banco Santander, a espanhola Ana Botín, manifestou preocupação com as ameaças de elevação de tarifas comerciais de Trump. Em discurso na terça-feira (21), ela disse que a União Europeia precisa se preparar para a onda de protecionismo norte-americano. “Precisamos fazer mais e mais rápido e, pela primeira vez, estar à frente dos Estados Unidos”, declarou Botín.

Sem a presença de ministros, a delegação brasileira compareceu esvaziada ao Fórum Econô-

mico Mundial. Inicialmente, estava prevista a ida da ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, e do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, mas a viagem dos dois foi cancelada por causa da reunião ministerial convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na segunda-feira (20).

Entre figuras políticas, encabeçaram a delegação brasileira o governador do Pará, Helder Barbalho, e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso. O governador paraense pretende promover a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30), a ser realizada em Belém em novembro. (Agência Brasil)

Desabamento da ponte entre MA e TO afeta economia na região

Após um mês do colapso do desabamento da ponte Juscelino Kubitschek, entre as cidades de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO), moradores das duas cidades sofrem com queda na atividade econômica e incertezas em relação à retomada da normalidade. Das 17 pessoas desaparecidas com a queda da ponte, 14 já foram localizadas, três seguem desaparecidas.

O acidente reduziu significativamente a atividade econômica na região, cuja maior parte da renda gira em torno do transporte rodoviários de cargas na BR-226, especialmente para o escoamento da produção de milho e soja, vinda de estados como Mato Grosso, Pará, Tocantins e Piauí.

Os setores de bens e serviços, a exemplo de lojas, mercados, postos de combustíveis e

restaurantes foram os mais impactados. Segundo empresários ligados à Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócios das Micro, Pequenas e Médias Empresas de Estreito e Região (Acisape), pelo corredor viário passavam mais de 2 mil carretas por dia. Com a interrupção do tráfego cerca de 70% das empresas da região tiveram impacto negativo nas suas atividades.

O vice-presidente da associação, Bernardo Maciel, disse à Agência Brasil que, com o colapso na atividade econômica, várias empresas foram obrigadas a reduzir suas atividades, demitir funcionários ou mesmo mudar de cidade para manterem sua atuação.

“Tem empresa de implementos rodoviários, por exemplo, que já alugou um galpão em Balsas [cidade no sul maranhense] e está transferindo seus funcionários para não ter que demitir. Tem empresa de acessório de caminhão que foi para Araguaína, já o posto de combustível, que não tem como transferir, alguns estão demitindo os funcionários”, relatou.

Diante do cenário desolador, associações ingressaram com uma ação civil pública pedindo ao Poder Público a adoção de medidas emergenciais, similares às aplicadas em situações extremas, como as cheias no Rio Grande do Sul ou mesmo o apagão de energia elétrica na grande São Paulo, no ano passado.

Associações pedem também

a criação de um fundo emergencial, como ocorreu no Rio Grande do Sul, para auxiliar as famílias atingidas pela queda da ponte. Na ocasião, o governo federal instituiu um auxílio financeiro para as famílias pago em duas parcelas no valor de R\$ 1.412,00, cada.

Os empresários pedem ainda a abertura e a renegociação de operações de crédito a micro, pequenos e médios empreendedores de Estreito e Aguiarnópolis, oferecida às micro e pequenas empresas que tiveram prejuízos causados pela interrupção do fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, no estado de São Paulo, no mês de outubro de 2024.

Na ocasião, o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte ofereceu linhas de crédito em condições especiais de até R\$ 150.000,00, limitado até 60% da receita bruta anual da empresa. Também foi ofertado crédito para profissionais liberais no valor de até R\$ 100.000,00.

“A gente sabe que o governo tem medidas emergenciais para esses casos, como é o nosso aqui de Estreito”, apontou Bernardo. “A gente precisa conseguir esses recursos, assim como foi feito, é claro que em outra proporção, no Rio Grande do Sul, onde as medidas provisórias já estão formalizadas, oficializadas”, observou.

Na semana passada, o governo federal, por meio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), anunciou o repasse de R\$ 793 mil para o município de Estreito e R\$ 397 mil para Aguiarnópolis para ações de Defesa Civil, voltadas para ajudar a conter a crise nas duas cidades.

Já o Banco do Nordeste do Brasil, anunciou a autorização para operações de capital de giro, com carência de até 24 meses, com prazo total de 84 meses.

Moradores e empresários também demandam a efetivação do serviço de balsas para o transporte de pessoas e veículos. A medida é apontada como essencial para diminuir os impactos da queda da ponte.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a empresa contratada para transportar pessoas e veículos leves com balsas já está no local, mas depende de licenças para operar. A construção de acessos para o atracamento dessas embarcações depende de adequações. O transporte será feito sem custo.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a empresa contratada para transportar pessoas e veículos leves com balsas já está no local, mas depende de licenças para operar. A construção de acessos para o atracamento dessas embarcações depende de adequações. O transporte será feito sem custo.

“(TO)”, disse o órgão. “Importante destacar que as balsas entram em operação imediatamente após a assinatura do contrato com a empresa e conclusão das obras dos acessos e do atracadouro”, afirmou o Dnit.

Na terça-feira (21), o Dnit informou que está trabalhando na operação de retirada dos veículos que permaneceram em cima da estrutura remanescente da Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, que liga Estreito (MA) a Aguiarnópolis (TO).

Segundo a autarquia, técnicos estão atuando na adequação das condições do encontro da ponte no lado de Aguiarnópolis, onde trafegam os caminhões e carros de passeio. A ação vai possibilitar a passagem dos veículos pelo local.

“Após a conclusão dos serviços preliminares na estrutura remanescente, as equipes vão retirar a carreta baú (tipo de veículo de transporte de carga) mais próxima da saída da ponte e na sequência os demais veículos. A expectativa do Dnit é concluir a operação até o final desta semana”.

As buscas pelos três desaparecidos continuam a ser realizadas com a utilização de embarcações e drones aéreos. Os mergulhadores foram suspensos em razão do aumento no volume da vazão do Rio Tocantins devido a abertura das comportas da usina hidrelétrica de Estreito. (Agência Brasil)

AGU afirma que o governo não vai se omitir após decisões da Meta

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, disse, em audiência pública em Brasília, motivada pela alteração de políticas de moderação de publicações da Meta, que o Estado não vai se omitir após decisões da empresa. “A omissão não é uma opção para este governo. Estamos preocupados em proteger a sociedade brasileira”, afirmou.

Ele defendeu que o Estado é responsável pela segurança não apenas nas ruas. “Nós temos o compromisso de segurança em todas as vias, inclusive nas digitais”.

As plataformas digitais convidadas para a audiência não apareceram para a audiência, que ocorreu nesta tarde, e contou com a participação de pesquisadores do tema e membros de diferentes grupos da sociedade.

O AGU disse que a decisão sobre essas mudanças da política de exclusão de conteúdos preconceituosos, inclusive, afetam a vida de milhões de brasileiros. “Nós não podemos desconhecer que as plataformas digitais, para além de entretenimento, representam uma

via importante de informação das pessoas”.

Para o ministro, diante dessas novas políticas nas redes, é necessário proteção de crianças e adolescentes, empresários que utilizam as redes sociais para negócios, os consumidores e a sociedade em geral para a prática de crimes. “Infelizmente, nós temos que constatar que as redes são utilizadas também para a prática de crimes de toda a ordem”, lembrou.

Jorge Messias defendeu a audiência pública, afirmando que serve para uma tomada de argumentos e subsídios, a partir da fala dos especialistas. Ele explicou que o conteúdo também será encaminhado ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal.

Ele garantiu que não existe, por parte do governo, um pré-julgamento de nenhuma rede, acrescentando que há interesse de dialogar e trabalhar em co-operação com todas as plataformas.

O ministro ponderou que a ausência na audiência pública por parte dos representantes da empresa não “interditou o debate”. (Agência Brasil)

restaurantes foram os mais impactados. Segundo empresários ligados à Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócios das Micro, Pequenas e Médias Empresas de Estreito e Região (Acisape), pelo corredor viário passavam mais de 2 mil carretas por dia. Com a interrupção do tráfego cerca de 70% das empresas da região tiveram impacto negativo nas suas atividades.

O vice-presidente da associação, Bernardo Maciel, disse à Agência Brasil que, com o colapso na atividade econômica, várias empresas foram obrigadas a reduzir suas atividades, demitir funcionários ou mesmo mudar de cidade para manterem sua atuação.

“Tem empresa de implementos rodoviários, por exemplo, que já alugou um galpão em Balsas [cidade no sul maranhense] e está transferindo seus funcionários para não ter que demitir. Tem empresa de acessório de caminhão que foi para Araguaína, já o posto de combustível, que não tem como transferir, alguns estão demitindo os funcionários”, relatou.

Diante do cenário desolador, associações ingressaram com uma ação civil pública pedindo ao Poder Público a adoção de medidas emergenciais, similares às aplicadas em situações extremas, como as cheias no Rio Grande do Sul ou mesmo o apagão de energia elétrica na grande São Paulo, no ano passado.

Associações pedem também

a criação de um fundo emergencial, como ocorreu no Rio Grande do Sul, para auxiliar as famílias atingidas pela queda da ponte. Na ocasião, o governo federal instituiu um auxílio financeiro para as famílias pago em duas parcelas no valor de R\$ 1.412,00, cada.

Os empresários pedem ainda a abertura e a renegociação de operações de crédito a micro, pequenos e médios empreendedores de Estreito e Aguiarnópolis, oferecida às micro e pequenas empresas que tiveram prejuízos causados pela interrupção do fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, no estado de São Paulo, no mês de outubro de 2024.

Na ocasião, o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte ofereceu linhas de crédito em condições especiais de até R\$ 150.000,00, limitado até 60% da receita bruta anual da empresa. Também foi ofertado crédito para profissionais liberais no valor de até R\$ 100.000,00.

“A gente sabe que o governo tem medidas emergenciais para esses casos, como é o nosso aqui de Estreito”, apontou Bernardo. “A gente precisa conseguir esses recursos, assim como foi feito, é claro que em outra proporção, no Rio Grande do Sul, onde as medidas provisórias já estão formalizadas, oficializadas”, observou.

Na semana passada, o governo federal, por meio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), anunciou o repasse de R\$ 793 mil para o município de Estreito e R\$ 397 mil para Aguiarnópolis para ações de Defesa Civil, voltadas para ajudar a conter a crise nas duas cidades.

Já o Banco do Nordeste do Brasil, anunciou a autorização para operações de capital de giro, com carência de até 24 meses, com prazo total de 84 meses.

Moradores e empresários também demandam a efetivação do serviço de balsas para o transporte de pessoas e veículos. A medida é apontada como essencial para diminuir os impactos da queda da ponte.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a empresa contratada para transportar pessoas e veículos leves com balsas já está no local, mas depende de licenças para operar. A construção de acessos para o atracamento dessas embarcações depende de adequações. O transporte será feito sem custo.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a empresa contratada para transportar pessoas e veículos leves com balsas já está no local, mas depende de licenças para operar. A construção de acessos para o atracamento dessas embarcações depende de adequações. O transporte será feito sem custo.

“(TO)”, disse o órgão. “Importante destacar que as balsas entram em operação imediatamente após a assinatura do contrato com a empresa e conclusão das obras dos acessos e do atracadouro”, afirmou o Dnit.

Na terça-feira (21), o Dnit informou que está trabalhando na operação de retirada dos veículos que permaneceram em cima da estrutura remanescente da Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, que liga Estreito (MA) a Aguiarnópolis (TO).

Segundo a autarquia, técnicos estão atuando na adequação das condições do encontro da ponte no lado de Aguiarnópolis, onde trafegam os caminhões e carros de passeio. A ação vai possibilitar a passagem dos veículos pelo local.

“Após a conclusão dos serviços preliminares na estrutura remanescente, as equipes vão retirar a carreta baú (tipo de veículo de transporte de carga) mais próxima da saída da ponte e na sequência os demais veículos. A expectativa do Dnit é concluir a operação até o final desta semana”.

As buscas pelos três desaparecidos continuam a ser realizadas com a utilização de embarcações e drones aéreos. Os mergulhadores foram suspensos em razão do aumento no volume da vazão do Rio Tocantins devido a abertura das comportas da usina hidrelétrica de Estreito. (Agência Brasil)

Fundação Pró-Sangue atenderá no feriado do aniversário de São Paulo

No feriado de 25 de janeiro, dia em que se comemora o aniversário da cidade de São Paulo, a Pró-Sangue estará funcionando normalmente. É preci-

so reforçar os estoques por conta do afastamento dos doadores nos postos de coleta devido às férias.

Os postos Clínicas e Osas-

co estarão abertos. Mas para aqueles que estão se programando para fazer sua doação nessa data, é indicado que façam o agendamento online pelo

site da Pró-Sangue para a escolha de um horário, já que o sábado é um dia muito procurado pelos candidatos. (Governo de SP)

co estarão abertos. Mas para aqueles que estão se programando para fazer sua doação nessa data, é indicado que façam o agendamento online pelo

site da Pró-Sangue para a escolha de um horário, já que o sábado é um dia muito procurado pelos candidatos. (Governo de SP)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (vinte) DIAS. PROCESSO Nº 1046954-49.2021.8.26.0100 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 25ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). LEILA HASSEEM DA PONTE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ANDRÉ ROMERO CAMPELO, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, RG 236248248, CPF 18343922840, com endereço à Avenida Monteiro Lobato, 828, apto. 203, Bloco B, Macedo, CEP 07112-000, Guarulhos - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Centro Educacional e Cultural Civitas S/A Ltda, alegando em síntese: O requerido firmou matrícula com a empresa requerente, e deixou de honrar com o pagamento das mensalidades vencidas. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1066310-67.2020.8.26.0002. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Estabelecimentos de Ensino. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Luis Alberto de Jesus. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1066310-67.2020.8.26.0002 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Priscilla Miwa Kumode, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Luis Alberto de Jesus (CPF: 312.701.248-97), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhe ajuizou ação de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R\$ 7.151,43 (sete mil e 151 reais e 43 centavos) decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, conforme Matrícula nº 1802946. Estando o requerido em lugar incerto e não sabido, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumir-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de janeiro de 2025.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 100094-15.2018.8.26.0114. O MM. Juiz de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro de Campinas, Estado de São Paulo, Dr. Anderson Pestana de Abreu, na forma da Lei, etc. Faz saber a Flávia Viviane Lopes dos Reis, Brasileira, CPF 215.157.888-73, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível - Regressiva de Ressarcimento da Danos, por parte de Allianz Seguros S/A, alegando em síntese: a requerente celebrou contrato de seguro, com a finalidade de acobertar o veículo Honda City EX CVT, Anúlio/Modelo 2014, Placas F02-6038. Classe: 5990406670210325, de danos decorrentes de colisão, furto, roubo e incêndio. No dia 4/09/2017, o condutor do veículo seguia transitava pela Rodovia SP 304 quando o veículo de propriedade da Requerida, VW/LETA, Ano Modelo 2007, Placas EBX-2007, colidiu contra a traseira do veículo do segurado. A requerente almeja o ressarcimento de todos os prejuízos pelos quais arcou. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, caso em que será nomeado curador especial. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Campinas, aos 13 de janeiro de 2025.

SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 15.047/0001-97 - NIRE 33.000.439.368
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13 de Dezembro de 2024
Aos 13/12/2024, às 17h, na sede social, com a presença dos acionistas representando 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Claudio Mendes; e Secretário: Sr. Gustavo Amado León. **Deliberações Unânimemente (a) Consignar** o recebimento, na presente data, do pedido de renúncia do Sr. **Fredrico Santana Knapp**, RG nº 27.777.347-7 SSP/SP, CPF/MF nº 272.625.138-26, ao cargo de **Diretor**, responsável pelas relações com a SUSEP, por ele eleito na AGÉ da Companhia realizada em 27/03/2023, conforme carta de renúncia por ele apresentada à Cia. consoante do **Documento I** da presente ata, que é autenticada pela mesa e será arquivada na sede da Cia.; e **(b) Consignar** que o cargo de Diretor, respectivamente pelas relações com a SUSEP, será exercido pelo Diretor Sr. Fabio Arturo Corrias até que seja oportunamente eleita a nova Diretora Presidente mediante deliberação em nome AGE a ser realizada para esta finalidade. Nada mais. São Paulo, 13/12/2024. **Mesa:** Claudio Mendes - Presidente; **Gustavo Amado León** - Secretário. **JUCESP** nº 17.583/25-1 em 14/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0003639-45.2022.8.26.0005 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). ADRIANA BERTIER BENEIDITO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Caio Vinicius Silva da Costa, CPF: 411.670.988-38, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Polica Comercio de Alimentos Ltda., alegando em síntese que o requerido é sócio da empresa Wf Panificadora Ltda Me, e solicita sua inclusão no polo passivo da ação de execução, a fim de satisfazer integralmente seu crédito. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei.

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL
CNPJ 53.009.825/0001-33 - NIRE 3530041539
EXTRATO ATA DA 33ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Aos 06/01/2025, às 09, em sua sede social, reuniram-se a totalidade do Capital Social. Assumindo a Presidência da mesa, Sr. Luiz Octavio Junqueira Figueiredo, Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo, para secretariar. Atendendo ao **ITEM 1** a proposta de distribuição de dividendos da conta de Lucros Retidos no valor de R\$ 80.000.000,00, a serem distribuídos, foi aprovada por unanimidade. **ITEM 2** Deu por encerrada a Assembleia. **JUCESP** nº 23.584/25-7 em sessão de 16/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1021472-42.2020.8.26.0001. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Duplicata. Exequente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Executado: Lucias Barros Pexoto, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, RG 37698269, CPF 45298513885, que lhe foi proposta uma ação de Ação de Busca e Apreensão, convertida em ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Financeira Alfa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos, objetivando a cobrança da quantia de R\$ 114.917,95, referente a 2Cédula de Crédito Bancário - Crédito Direto ao Consumidor 7 Pessoa Física v Veículos - Operação nº 222550947, firmado em 16/07/2022. Estando o mesmo em lugar ignorado, foi deferida a citação e intimação por edital, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor mencionado. Em caso de pagamento dentro do prazo fixado os honorários advocatícios reduzidos para 5% sobre o valor do débito atualizado. Fica advertido que o réu tem 15 dias, para oferecer Embargos à Execução, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos, ficando advertido de que será nomeado curador especial no caso de revelia (art. 257, IV do NCPC). No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e depositando 30% do valor da execução incluindo custas e honorários advocatícios de 10% sobre o débito atualizado, poderá o executado requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 2% ao mês (Lei nº11.382/2006). Fica ainda INTIMADO(O) do BLOQUEIO DE valores realizado pelo Sistema SISBAJUD, que será deferido o levantamento do valor pelo credor, se não houver manifestação em 05 (cinco) dias. Fica realizada desde logo a intimação para fins do artigo 854, parágrafo 3º. CPC. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento à ação. Será o presente, afixado e publicado, na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de dezembro de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000494-36.2023.8.26.0002 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Longo Vilalba Serrano Nunes, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LUCAS BARROS PEIXOTO, Brasileiro, Solteiro, Administrador, RG 37698269, CPF 45298513885, que lhe foi proposta uma ação de Ação de Busca e Apreensão, convertida em ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Financeira Alfa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos, objetivando a cobrança da quantia de R\$ 114.917,95, referente a 2Cédula de Crédito Bancário - Crédito Direto ao Consumidor 7 Pessoa Física v Veículos - Operação nº 222550947, firmado em 16/07/2022. Estando o mesmo em lugar ignorado, foi deferida a citação e intimação por edital, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor mencionado. Em caso de pagamento dentro do prazo fixado os honorários advocatícios reduzidos para 5% sobre o valor do débito atualizado. Fica advertido que o réu tem 15 dias, para oferecer Embargos à Execução, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos, ficando advertido de que será nomeado curador especial no caso de revelia (art. 257, IV do NCPC). No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e depositando 30% do valor da execução incluindo custas e honorários advocatícios de 10% sobre o débito atualizado, poderá o executado requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 2% ao mês (Lei nº11.382/2006). Fica ainda INTIMADO(O) do BLOQUEIO DE valores realizado pelo Sistema SISBAJUD, que será deferido o levantamento do valor pelo credor, se não houver manifestação em 05 (cinco) dias. Fica realizada desde logo a intimação para fins do artigo 854, parágrafo 3º. CPC. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento à ação. Será o presente, afixado e publicado, na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de dezembro de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1135884-09.2022.8.26.0100. Classe: Assunto: Monitoria - Prestação de Serviços. Requerente: Hiper Estética Construtora Ltda. Tertraplanagem Ltda. Requerido: 51 São Paulo, Estado de São Paulo, Dr(a). ADRIANA BERTIER BENEIDITO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) 51 SP SÃO PAULO SOUZA RAMOS INCORPORADORA SPE LTDA, CNPJ 3776400300101, que Hiper Estética Construção Civil e Tertraplanagem Ltda. lhe ajuizou ação Monitoria, para cobrança da quantia de R\$ 386.671,90 (dezembro de 2022), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isenta de custas processuais). acento de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandato inicial em mandato executivo. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de janeiro de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1026348-11.2018.8.26.0001. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Hospital São Camilo - Santana. Requerido: Danielle Maria Ramos e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1026348-11.2018.8.26.0001 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Rodrigo de Azevedo Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DARRIDA MAXIMO, Brasileira, Solteira, Desempregada, RG 1898198, CPF 233.463.478-59, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Hospital São Camilo - Santana, objetivando recebimento da quantia de R\$ 62.383,19 (julho de 2018), decorrente do Recibo Provisório de Serviço nº 164785. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de dezembro de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1008816-59.2021.8.26.0020. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Duplicata. Exequente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Executado: Thais de Jesus Tavares. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1008816-59.2021.8.26.0020. O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr. Evandro Lambert De Faria, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a THAIS DE JESUS TAVARES, CPF 51144455980, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A, objetivando a quantia de R\$ 10.337,25 (julho de 2021), representada pelas Notas Fiscais nºs NF 015578232.20 e NF 015578233.20. Estando a executada em lugar ignorado, expedese edital, para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconhea o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de janeiro de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: 1020130-13.2022.8.26.0005. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Duplicata. Exequente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Executado: Mercado Padaria e Açougue do Roque Eireli. EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1020130-13.2022.8.26.0005 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Debora Thais de Melo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Mercado Padaria e Açougue do Roque Eireli, CNPJ: 40031086000134 que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A, alegando em síntese: que objetiva a quantia de R\$ 12.761,26 (doze mil e setecentos e seis reais e 26 centavos) decorrente do Contrato de Prestação de Serviços nº 15, NF 006254668.15, NF 006254669.15, NF 006258720.15 e NF 006259651.15. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. INTIMADO o bloqueio de valores via SISBAJUD. Ins. 7677/RJ 12.761,26, para, querendo, comprovar uma das hipóteses de impenhorabilidade ou excesso especificadas nos incisos I e II do §3º do art. 854 do CPC, no prazo de 05 dias, ou para apresentar eventual impugnação prevista no §11, do artigo 525 do CPC, no prazo de 5 dias. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de janeiro de 2025.

Dino dá prazo de 60 dias para Amazônia e Pantanal aderirem ao Sinaflor

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou prazo de 60 dias para que estados e municípios da Amazônia e do Pantanal adotem o Sistema Nacional de Controle da Emissão de Produtos Florestais (Sinaflor) como única forma de emitir a Autorização para Supressão de Vegetação Nativa (ASV).

A decisão, divulgada na terça-feira (21), vale para os estados do Acre e Amazonas, de Rondônia e Roraima, do Pará, Maranhão, Amapá e Tocantins, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e abrange as ações de descumprimento de preceito Fundamental (ADPFs) 743, 746 e 857,

em que a Corte determinou que a União reorganize a política de prevenção e combate aos incêndios no Pantanal e na Amazônia.

Dino justificou a determinação com o argumento de que a unificação da emissão das autorizações para supressão de vegetação nativa pelo Sinaflor visa melhorar o controle, a transparência e a publicidade dos procedimentos ambientais. Na decisão, o ministro determina ainda que as ASVs emitidas fora do sistema depois desse prazo serão consideradas nulas.

“Determino que os Estados membros da Amazônia e do Pantanal reavaliem os atos de deleção de emissão de autorização

de supressão de vegetação e, caso entendam pertinente a manutenção das delegações, estabeleçam expressamente que os municípios delegatários utilizem exclusivamente o Sinaflor para emissão de ASV. Idêntica determinação é estabelecida para os Estados”, escreveu.

Além disso, Dino marcou para 13 de março uma audiência de contextualização e conciliação para avaliação compartilhada dos três planos apresentados pelo governo federal para prevenir incêndios florestais na Amazônia e no Pantanal em 2025, de modo a verificar o cumprimento dos prazos, metas e articulação com os estados envolvidos.

A União e os estados deverão estar representados por seus procuradores e pelos titulares ou substitutos imediatos do Ministério e das respectivas secretarias de Meio Ambiente.

Sistema

Gerido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais (Ibama), o Sinaflor é um sistema do governo federal que controla a origem de produtos florestais, como madeira e carvão. O Ibama é o órgão responsável pelo licenciamento ambiental de obras e empreendimentos de interesse social ou de utilidade pública que precisam des-

matar áreas de vegetação nativa.

Em dezembro, durante uma reunião técnica no STF, um representante do Ibama destacou que o Sinaflor enfrenta vários desafios, dos quais o principal é referente a autorizações de desmatamento emitidas por municípios em desconformidade com a legislação vigente, registrados por equipes de campo, em operações de fiscalização.

Para o Ibama, a falta de unificação prejudica a eficácia das ações de fiscalização e o combate ao desmatamento.

Prevenção de incêndios

Além disso, Dino determinou

que a União se manifeste no prazo de dez dias úteis sobre um pedido dos partidos Rede e PSOL para que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima seja expressamente autorizado a suspender de imediato os cadastros ambientais rurais das propriedades em que se identifique desmatamento ilegal pelos sistemas do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) e de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), “uma vez que essa suspensão dos cadastros tem sido realizada pelas secretarias de Meio Ambiente dos Estados”. (Agência Brasil)

Desigualdade é desafio para a “revolução da requalificação”

O Relatório sobre o futuro dos empregos (edição de 2025), publicado pelo Fórum Econômico Mundial, avalia que as tendências da tecnologia, economia, demografia e a transição verde “devem gerar 170 milhões de novos empregos até 2030”, mas também devem eliminar 92 milhões de outras ocupações em todo o planeta.

A melhor parte do saldo de 78 milhões - os trabalhos de maior remuneração, menos extenuantes e com mais proteção social - vai ficar com os países que proporcionarem mais qualificação contínua à força de trabalho e mais geração de riqueza à economia.

Desta forma, a diferença de oportunidades em cada economia poderá ser decisiva para indicar se o país vai gerar mais empregos para desenvolvedores de

aplicativos, o que exige conhecimento atualizado em tecnologia informacional, ou mais postos de trabalho como camponeses ou motoristas de serviços de entrega, atividades que produzem menos valor para a economia.

Ou seja, para participar da chamada “revolução da requalificação”, um fenômeno da segunda metade do século 21, países como o Brasil precisam ainda resolver um problema central do século 20, se não do século 19: a alta desigualdade socioeconômica.

“Infelizmente ainda há essas questões bastante importantes que não podemos negligenciar quando a gente está falando de futuro do trabalho. Pensamos nos robôs, no homem interagindo com as máquinas, mas ainda temos que dar alguns passos para trás no sentido de olhar para essas pessoas que não têm aces-

so ao mínimo, ao básico e que também vão estar ali disputando vagas e oportunidades de trabalho no futuro”, analisa a consultora Thais Requito, especialista em futuro do trabalho.

“Seria importante pensarmos em subsídios e políticas públicas que favorecessem o acesso à educação para as pessoas menos privilegiadas e que vão precisar de alguma forma ser absorvidas no mercado de trabalho nos próximos anos”, pondera a consultora, que trabalha na divulgação do relatório do Fórum Econômico Mundial.

“Precisamos olhar para essas pessoas menos favorecidas e que justamente ocupam os postos de trabalho que são facilmente substituíveis pela tecnologia. Precisamos estar com o olhar atento para pensar em políticas públicas que absorvam essa mão de obra. In-

ternacionalmente, se discute muito a ideia da renda básica universal como forma de garantir subsistência e uma vida minimamente digna para as pessoas que não vão conseguir ter uma ocupação”, acrescenta Thais Requito.

O cenário descrito no relatório e analisado pela consultora pode ser agravado com as “tensões geopolíticas” presentes, como conflitos armados e a ascensão da extrema direita nos Estados Unidos. “Isso tem a ver com os países fechando um pouco as suas fronteiras e ocorrência de mudanças econômicas, com as nações ficando mais focadas em si em detrimento das relações internacionais.”

A especialista ainda destaca que além do contexto geopolítico, é preciso considerar as mudanças demográficas em marcha que vão resultar em maior perma-

nência no mercado de trabalho ao longo dos anos por causa do envelhecimento da população, fenômeno que já acarreta a necessidade de mais pessoas trabalhando como cuidadores.

Para Thais Requito, em um “mundo extremamente complexo em que as coisas vão se transformando numa velocidade muito grande, e o conhecimento vai se tornando obsoleto”, as carreiras vão deixar de ser “tão lineares como conhecemos no passado.”

As transformações em curso têm como um dos motores a substituição das pessoas por máquinas em diferentes atividades, mas há habilidades humanas que, calibradas com qualificação permanente, continuarão necessárias no mundo do trabalho, antevê a especialista.

“Imagine que você tem auto-

consciência, capacidade de autorregulação. Você consegue escutar, tem empatia, se relaciona bem, consegue influenciar as pessoas. Tem um pensamento crítico e analítico, e é curioso. Essas habilidades vão seguir com você independente do que acontecer com o mundo. Então, se amanhã tiver que trabalhar numa padaria ou trabalhar como engenheiro ou virar um marceneiro, independente de para onde você for levado pelas mudanças do mundo, essas habilidades vão provavelmente garantir que você continue prosperando na sua carreira onde estiver.”

O documento sobre o futuro do emprego no planeta é baseado em estudos de 55 economias, inclusive a brasileira. O texto de cerca de 300 páginas está disponível na internet. (Agência Brasil)

Pernambuco decreta situação de emergência em 117 cidades devido à seca

A estiagem que afeta grande parte de Pernambuco motivou o governo estadual a declarar situação de emergência em 117 das 185 cidades pernambucanas. Um decreto assinado pela governadora Raquel Lyra e publicado no Diário Oficial do estado na terça-feira (21) justifica a medida sustentando que a seca prolongada já causa “danos humanos, materiais e ambientais” para os municípios diretamente afetados.

A decisão foi tomada após a análise de dados que indicam que as chuvas esparsas que ainda caem sobre algumas localidades pernambucanas se tornarão mais escassas, comprometendo o ní-

vel dos reservatórios e ameaçando o abastecimento da população, com prejuízos econômicos e sociais, inclusive para a agropecuária.

O decreto tem validade de 180 dias e abrange três situações. Na primeira, estão as 66 cidades cujo decreto municipal de situação de emergência em função da estiagem já foi reconhecido pelo governo federal. O segundo grupo reúne os 23 municípios em que o próprio governo pernambucano decreta emergência em função da “situação de anormalidade decorrente de desastre de estiagem, indutor de seca hidrológica nos reservatórios e rede de abastecimen-

to sob gestão da Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento (COMPESA)”. O terceiro caso engloba 28 cidades contempladas nas duas situações.

Com a medida, os órgãos públicos estaduais, em conjunto com as autoridades federais e municipais competentes, deverão implementar as ações necessárias ao enfrentamento das principais consequências da estiagem. Além disso, o reconhecimento da situação de emergência facilita o acesso das prefeituras a recursos financeiros federais e estaduais e permite que a contratação mais ágil de serviços e equipamentos necessários. (Agência Brasil)

Crise climática é amplificadora de outras crises, alerta pesquisadora

O ano de 2025 iniciou com chuvas intensas no Sul e Centro-Oeste do país e estiagem no Nordeste, evidenciando, a cada ano mais, os efeitos da mudança climática. Com a crise, desigualdades também são acentuadas e novos desafios globais se impõem.

A urgência no enfrentamento à crise e a busca por soluções, temas centrais da 30ª Conferência sobre Mudança do Clima (COP30), que será realizada este ano no Brasil, são analisadas pela pesquisadora Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília (UnB).

Em entrevista exclusiva à Agência Brasil, a colaboradora do Painel

Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que a crise climática é uma amplificadora de outras crises.

“Ela vai contribuir para o agravamento de outras crises que nós já vivemos. Ela agrava a desigualdade, agrava o problema da fome, agrava o problema dos recursos hídricos, das migrações humanas, dos conflitos geopolíticos”, destaca.

Na entrevista, ela aponta alguns caminhos para amenizar as instabilidades e afirma que a primeira e mais urgente ação é trabalhar nas causas do aquecimento global.

A especialista destaca ainda

a importância de acordos globais do clima, com o Acordo de Paris, adotado em 2015, durante a COP21, a 21ª Cúpula do Clima das Nações Unidas, em Paris.

“Porque não adianta, por exemplo, o Brasil reduzir suas emissões [de gases de efeito estufa], se outros países não o fazem. É preciso que você olhe para o lado e a pessoa que está ao lado deve fazer o mesmo esforço que eu estou fazendo.”

O principal objetivo do Acordo de Paris é manter o aquecimento global do planeta abaixo de 2°C até o final do século e buscar esforços para limitar esse aumento até 1,5°C. (Agência Brasil)

Criança com microcefalia causada por Zika tem mais risco de internação

A epidemia do vírus Zika, que atingiu o Brasil em 2015 e teve como uma das principais consequências o nascimento de bebês com microcefalia – redução do tamanho da cabeça –, fez com que esses bebês tenham riscos maiores de internações hospitalares. Uma vez internados, esses pacientes precisam de mais tempo para obter alta médica.

A constatação faz parte de um estudo produzido pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A pesquisa foi publicada na revista científica International Journal of Infectious Disease, editada pela Sociedade Internacional de Doenças Infecciosas, uma organização sem fins lucrativos sediada em Boston, nos Estados Unidos.

A conclusão principal do levantamento é que as crianças vítimas do Zika apresentaram taxas de hospitalização entre três e sete vezes maiores que as de crianças sem a síndrome. Além de precisarem ir mais a hospitais, os pacientes com microcefalia ficam internados “por períodos extensivamente mais longos”.

Os pesquisadores brasileiros coletaram informações de 2 mil casos de crianças com síndrome congênita do zika (SCZ), a doença que compromete o tamanho da cabeça e a formação dos neurônios (células do sistema nervoso). Os dados foram comparados com os de 2,6 milhões de crianças sem a síndrome.

Foram analisados índices de admissões em hospitais, os principais motivos e tempo de internação durante os primeiros qua-

tro anos de vida das crianças.

Outra conclusão é que, enquanto as crianças sem a síndrome diminuíram as taxas de hospitalização de forma progressiva ao longo do tempo, as que possuem SCZ mantiveram altas taxas durante todo o período avaliado.

Doenças combinadas

De acordo com o médico líder do estudo, João Guilherme Tedde, as crianças com microcefalia correm risco de doenças combinadas. “Além das condições típicas da idade, como infecções e doenças respiratórias, essas crianças apresentam complicações diretamente relacionadas à SCZ.” Isso leva à conclusão, segundo a Fiocruz, de que cada condição pode atuar como um fator de risco para a outra, em uma espécie de círculo vicioso.

O trabalho é um dos primeiros a avaliar os riscos de hospitalização em pacientes com SCZ ao longo da primeira infância.

No artigo, os pesquisadores contextualizam que a minoria das crianças que nasceram com a síndrome sobreviveu ao primeiro ano de vida. O estudo estima que o Brasil teve cerca de 20 mil casos suspeitos da doença.

Crianças com microcefalia podem apresentar atrasos no desenvolvimento, deficiência intelectual, problemas motores e de equilíbrio, convulsões, dificuldade de se alimentar, perda auditiva e problemas de visão.

O público mais atingido pela epidemia de 2015 era formado por famílias pobres que moravam em áreas mais quentes e com alta circulação de mosquitos. A principal forma de transmissão do Zika

é pela picada do mosquito Aedes aegypti, mesmo hospedeiro do vírus causador da dengue e da chikungunya.

Ao destacar que a maior parte das vítimas do vírus Zika é de famílias de baixa renda, notadamente do Nordeste, dependentes do Sistema Único de Saúde (SUS) e de programas de transferência de renda condicionada, os pesquisadores apontam a necessidade da elaboração de planos de cuidado estruturados, “com foco no manejo ambulatorial das crianças com SCZ”.

A Fiocruz sinaliza que um outro estudo preliminar da mesma equipe revela que crianças com a síndrome têm risco de morte 30 vezes maior para doenças do sistema respiratório, 28 vezes maior para doenças infecciosas e 57 vezes maior para doenças do

sistema nervoso.

Os autores sinalizam para a “urgência do desenvolvimento de uma vacina que ofereça imunidade duradoura contra o vírus Zika.

Instituições como a Universidade de São Paulo (USP) e o Instituto Butantan desenvolvem estudos para uma vacina. Este mês, o Ministério da Saúde intensificou ações de combate a arboviroses (doenças virais transmitidas principalmente por artrópodes, como mosquitos), entre elas, a zika.

Também participaram do trabalho científico da Fiocruz especialistas do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA) e da London School of Hygiene & Tropical Medicine (LSHTM). (Agência Brasil)